

Acesso aos medicamentos: uma luz começa a brilhar

Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia



O ministro Humberto Costa, da Saúde, convocou representantes do setor farmacêutico para uma reunião, no dia 19 de fevereiro, em Brasília, para discutir o grave problema da dificuldade de acesso da população aos medicamentos. Na esteira das discussões, Costa falou do desejo do Governo de instituir o projeto Farmácia Popular, uma das promessas de Lula, ainda em campanha. A reunião foi um gesto positivo do Ministro. Tocar nos pontos mais nevrálgicos do setor de saúde - a questão dos medicamentos é um dos mais gritantes -, com o objetivo de encontrar soluções para os mesmos é uma atitude louvável.

Cerca de 50% da população brasileira vem amargando, há anos, a humilhação de não contar com o medicamento, quando dele precisa. Saúde sem medicamento é impossível. Mas governos entram e saem, deixando para trás um rastro de incompetência, quando se trata do acesso do povo ao produto farmacêutico.

Sem o medicamento adequado e no momento certo, todo o processo de tratamento fica comprometido. Pior: o estado de saúde do paciente pode agravar-se, resultando, não raramente, em necessidade de internação hospitalar, situação que gera mais problemas de saúde para o paciente e despesas astronômicas para o Sistema Único de Saúde (SUS) cujo caixa, todos sabemos, vive combalido.

Mas há uma outra doença a vitimar a pessoa nessas condições: a ferida em sua cidadania e o aviltamento de sua dignidade. A dificuldade de

acesso ao medicamento é um escárnio à Constituição, que prevê a universalidade do acesso à saúde. O Estado é que tem que se virar para garantir o que estabelece a Carta Magna. Este Governo tem mostrado sensibilidade para atacar o problema.

Na reunião do dia 19 com o Ministro Humberto Costa, o tema focal foi exatamente a questão do medicamento. Costa reiterou o desejo do Governo Federal de por em prática, o mais breve possível, o programa Farmácia Popular. Mas reconheceu que ele custará caro e pediu-nos sugestões. Por esse programa, o Ministério da Saúde criaria farmácias, nas cidades, onde distribuiria gratuitamente à população carente os produtos da Renam (Relação Nacional de Medicamentos). A Renam é uma lista de produtos (em torno de 400 itens), criada pelo próprio Ministério, e que são capazes de combater as doenças mais prevalentes e comuns. Os medicamentos seriam produzidos, em grande parte, pelos laboratórios estatais.

Uma reunião como aquela gera uma riqueza curiosa: a apresentação de alternativas aos problemas. Eu disse ao Ministro Humberto Costa que não há necessidade de o Governo gastar uma fábula para criar farmácias novas pelo País. O Governo pode muito bem aproveitar a enorme rede privada de farmácias já existente (são mais de 55 mil estabelecimentos espalhados, em todo o Brasil), o que forma uma capilaridade espetacular, para distribuir os medicamentos gratuitos ao povo necessitado.

Alguns representantes do comér-

cio farmacêutico chegaram a colocar as redes de farmácias como parceiros do Governo, dispensando os produtos, sem ônus algum para os cofres públicos. Independente desse programa, eles aproveitaram para pedir uma redução da carga tributária que pesa sobre as farmácias, em torno de 17% só de ICMS, fato que resulta no lucro líquido de apenas 1% para esses estabelecimentos. Isso ajudaria a baratear os preços dos outros produtos. Já alguns representantes da indústria disseram ao Ministro que o Governo poderia adquirir todos os medicamentos diretamente do setor privado, que se encontra com sua capacidade um pouco ociosa. Assim, o Governo não precisaria investir nos laboratórios estatais.

Independentemente do caminho a seguir, alertei ao Ministro, e voltarei a insistir sobre isso, para a necessidade de o Governo reforçar a atenção farmacêutica, no País. A atenção é um conjunto de serviços prestados, exclusivamente, pelos farmacêuticos (no caso, ao balcão das farmácias). Esses serviços estão em expansão, de sorte que o farmacêutico, hoje, já atua na prevenção a doenças, além da clássica orientação ao paciente sobre o medicamento que ele vai tomar. A atenção primária ou primeira prestada ao cidadão é barata (praticamente não custa nada), ágil e está onde estiver o farmacêutico. Medicamento sem a atenção farmacêutica é perigoso. O Brasil dispõe de farmacêutico, em quantidade e qualidade suficiente para prestar uma boa assistência. Acho que uma luz está brilhando na saúde brasileira.